

“MONSTRO DEVORADOR DO GÊNIO”: A DEMONIZAÇÃO DA IMPRENSA PELOS INTELLECTUAIS PRÉ-MODERNISTAS

Maurício Silva*

Resumo: O presente artigo analisa o contexto cultural brasileiro durante a passagem do século XIX para o XX, a partir de uma perspectiva do comparatismo literário. Para tanto, enfatiza a profissionalização do autor e sua relação com o jornalismo. Este trabalho procura ainda abordar as principais tendências literárias do Pré-Modernismo brasileiro, por meio da análise de características estéticas presentes em alguns de seus principais representantes.

Palavras-chave: Pré-Modernismo; literatura brasileira; jornalismo.

■ **C**omo já assinalaram diversos estudiosos da história da imprensa, a passagem do século XIX para o XX marcou a transformação irreversível do jornal em produto de consumo corrente, inaugurando uma verdadeira “idade de ouro da imprensa” (ALBERT; TERROU, 1990, p. 51). Várias causas desse progresso podem ser apontadas, como a generalização da instrução, a democratização da vida política, a urbanização crescente, o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, a modernização das técnicas ligadas à imprensa etc.

Tudo isso faria que essa passagem de século se transformasse, conforme aponta Eugen Weber (1988), numa época particularmente afeita às notícias, aos *faits divers*, aos boletins e às manchetes sensacionalistas, enfim, a uma complexa rede de comunicação que tinha em seu ápice o próprio jornal. Além disso, tratava-se de uma época que – sobretudo na Europa, mas também no Brasil – seria marcada pela consolidação profissional do jornalista; momento

em que este se constituiu num autêntico profissional da escrita, adquirindo, a partir de então, prestígio e reconhecimento jamais vistos antes (BOIVIN, 1949; MARTIN, 1997).

A imprensa – que já tinha uma tradição bastante larga na Europa, com uma história que datava pelo menos desde o final do século XVI – chegou ao Brasil tardiamente: a princípio, no início do século XIX, de forma ainda incipiente e precária, ligada à burocracia administrativa, trazida por d. João VI; depois, já em fins do mesmo século, com a ocorrência de uma série de transformações sociais, políticas e econômicas, de modo mais desenvolvido.

A aquisição de um estatuto empresarial pela imprensa, contudo, ocorreu, já na passagem do século, em razão principalmente de dois fatores sócio-históricos efetivos: a urbanização e a industrialização do país. A partir de então, a imprensa passou a atender às necessidades de divulgação de uma cultura letrada universitária incipiente, de suporte a uma estrutura burocrática comercial e industrial, de apoio à organização administrativa das cidades, de sustentação e divulgação de ideologias diversas etc. (MEDINA, 1988; MELO, 1973; SODRÉ, 1977; CAPELATO, 1988).

Com isso, a imprensa passou a desfrutar de um poder quase inabalável, tornando-se – com sua temível ubiqüidade – um dos mais importantes instrumentos modernos de democratização. Para o bem ou para o mal, envolveu-se com o poder constituído, com as ideologias de toda natureza, com a cultura de um modo geral. Assumiu, assim, nas sociedades modernas ou em vias de modernização, aquele papel insinuado pela célebre máxima de Burke, segundo a qual a imprensa se constituía, resolutamente, num indefectível *quarto poder*.

Embora reconhecidamente poderosa – ou exatamente por isso –, a imprensa jamais esteve alheia a toda sorte de críticas, exatamente por se afirmar, de acordo com as conveniências políticas, uma espécie singular de arauto da democracia ou um maquiavélico instrumento de regimes tirânicos. Talvez não seja possível afirmar peremptoriamente se, no cômputo geral, os elogios à sua atuação foram, ao longo dos séculos, mais numerosos e consistentes do que os ataques que sofreu. De tempos e tempos, ataques e elogios parecem ter se revezado nas múltiplas leituras que se fizeram do papel da imprensa na história ocidental.

No Brasil, em particular, a despeito do reconhecimento tácito de sua importância para a consolidação de regimes mais ou menos democráticos, os ataques à imprensa se mostraram particularmente candentes, não exatamente por um pretenso desapego a ela, mas, ao contrário, por absoluto instinto de preservação daquela que, em momentos decisivos de nossa história, fora vista como a última reserva moral de uma nação.

Nesse contexto, poder-se-ia inferir que os ataques adquiriram um raro sentido de elogio às avessas, já que traziam em seu bojo uma indefectível necessidade de manutenção do *status quo* democrático da imprensa nacional.

A passagem do século XIX para o XX, no Brasil, foi modelar nesse sentido, pois talvez jamais em nossa história a relação entre a imprensa e a nação revelou-se tão ambígua: se, por um lado, o jornalismo fora objeto dos mais entusiastas elogios – que chegavam ao exagero de concebê-lo ora como o “arauto do progresso” (RIO, 1911, p. 4), ora como “a mais importante criação dos tempos modernos” (NEIVA, 1927, p. 97) –, por outro, fora alvo das mais acirradas críticas, que, sem tergiversações de nenhuma espécie, não hesitavam em consi-

derá-lo ora uma “fábrica de carapetões” (BARRETO, 1984, p. 105), ora uma “trombeta do cabotinismo” (RIO, 1911, p. 195).

Frases de efeito retratavam, com uma relativa fidelidade, a relação entre a sociedade e a imprensa naquele período. Apesar das aparências, não se pode falar exatamente em equilíbrio de opiniões: embora houvesse um reconhecimento efetivo da importância da imprensa para a vida social, política e cultural do Brasil na passagem do século, o que se pode notar, a partir de uma mais ampla e diversificada leitura da produção intelectual e artística do período, é que houve uma clara tendência à crítica negativa do papel desempenhado pelo jornalismo, criando uma imagem da imprensa em que se ressaltava, deliberada e enfaticamente, o que se considerou ser uma atuação extremamente deletéria para a sociedade como um todo e, em particular, para a classe dos intelectuais.

Assim, a imprensa passou a ser vista, na maioria das vezes – e, curiosamente, sem prejuízo do reconhecimento de seu valor intrínseco –, como alvo privilegiado de ataques e despautérios, de críticas e imprecações, de vilipêndios e injúrias de toda sorte. Espécie de bode expiatório de toda uma facção letrada da sociedade – justamente aquela que mais devia à sua ação catalisadora –, a imprensa, enfim, acabou sendo vítima de um verdadeiro processo de *demonização* por parte dos intelectuais do período. Esse processo pode ser facilmente notado nos mais diversificados registros: do conto à crônica, da novela à caricatura, do romance à poesia.

O primeiro e talvez mais evidente indício desse processo a que aludimos é o conjunto de críticas dirigidas a uma suposta *venalidade* da imprensa, a qual se manifestou principalmente em sua relação com o poder constituído, com o *establishment* político nacional.

Tratava-se de uma relação colusiva, imediatamente reconhecida por todos aqueles que, direta ou indiretamente, atuaram junto à imprensa no período, sobretudo intelectuais e escritores de todos os matizes. É o que demonstra, por exemplo, uma conferência proferida por Rui Barbosa (1990) e editada na Bahia em 1920, que se constitui num singular libelo contra os abusos da imprensa e contra as possíveis relações espúrias entre esta e o poder constituído; defendendo uma imprensa livre, desvinculada dos poderes governamentais, o eminente jurista baiano logrou exprimir com rara acuidade a venalidade a que aludimos anteriormente.

Consciência semelhante acerca do caráter venal da imprensa foi revelada por muitas outras personalidades da época: como Filinto de Almeida (1931), um dos mais atuantes jornalistas do começo do século, para quem a imprensa tinha o poder de interferir decisivamente numa série de instâncias sociais brasileiras, afirmando-se com um poder acima de outros poderes; como João Ribeiro (1964), venerável acadêmico e filólogo, para quem a imprensa governa, julga e legisla sem ser governo, magistrado ou parlamentar; ou como João do Rio (1932), por muitos considerados o fundador de nosso moderno jornalismo, que criticava o noticiário encomiástico, feito mais por laços de gratidão do que pelo bem da verdade.

Curiosamente, a questão da venalidade e do poder da imprensa foi tratada até com mais frequência e assiduidade pela literatura, preenchendo passagens antológicas em mais de um romance do período.

Nesse sentido, é exemplar o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), em que Lima Barreto volta toda sua pena militante e sua ferina iro-

nia contra os descaminhos da imprensa venal da recém-fundada República, denunciando suas ligações com a política e lutando contra a pasteurização da linguagem literária, promovida pelos jornais.

Seus ataques à atividade jornalística – que, aliás, exerceu com inigualável maestria – são particularmente incisivos. Por meio da personagem Laje da Silva e de outras cenas não menos sintomáticas da maneira como Lima Barreto encarava o problema do poder da imprensa, o autor mostra-nos como a figura do jornalista é considerada pela população com uma devoção quase fetichista: os jornalistas seriam sacerdotes consumados que fariam parte de uma falange sagrada. Mas a desmistificação da figura do jornalista não custa a surgir da pena implacável de Lima Barreto: primeiro, o autor traça um perfil crítico do profissional da imprensa, por meio das figuras patéticas de Raul Gusmão e de Oliveira; depois procura defini-los com termos poucos lisonjeiros, em que se destacam principalmente epítetos ligados à caracterização de animais irracionais.

Convém lembrar que os ataques desferidos por Lima Barreto à imprensa não são meros resultados de um pessimismo infundado, mas conseqüência de uma minuciosa e crítica observação da realidade circundante, ponto de partida de toda a ficção limabarretiana:

A imprensa! Que quadrilha! Fiquem vocês sabendo que, se o Barba-Roxa resuscitasse, agora com os nossos velozes cruzadores e formidáveis couraçados, só poderia dar plena expansão à sua atividade se se fizesse jornalista. Nada há tão parecido como o pirata antigo e o jornalista moderno: a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda prova (BARRETO, 1984, p. 69).

Isso sem falar no clientelismo, na relação corrupta entre imprensa e polícia, no despreparo intelectual e na desonestidade profissional, na prática continuada da mentira e das trapaças, nos interesses escusos da imprensa, tudo condenado e revelado com veemência pelo autor ao longo de sua obra.

Crítica semelhante pode ser percebida ainda em outros romances do período, como em *Mocidade morta* (1899) de Gonzaga Duque (1973, p. 110), em que o autor denuncia – pela boca de um de seus personagens – a imprensa manipulada, que trabalha como “meia dúzia de encômios” de ocasião; em *Madame Pommeroy* (1919) de Hilário Tácito (1920, p. 182), em que se revela – não sem ironia – a “harmonia edificante nas relações e correlações observadas entre políticos (e) jornalistas”; ou no esquecido *O urso* (1901) de Antônio de Oliveira (1976, p. 199), em que há uma cena de troca de favores explícita entre Doutor Barros, um político do governo, e Maneco, um jornalista venal.

Ao lado de críticas à sua venalidade, o processo de demonização pelo qual passou a imprensa esmerava-se por enfatizar o afamado sensacionalismo que, nas primeiras décadas do século XX, tomara conta definitivamente da imprensa.

Muitos reclamavam, por exemplo, da proliferação de notícias que – veiculadas de modo irresponsável por jornalistas mais afoitos e por uma imprensa “impatriótica e desumana” – acabavam amedrontando a população (CAMPOS, 1944, p. 263). Outros – como ocorreu na célebre revista de ano de Arthur Azevedo, *O tribofe* (1891) – preferiam denunciar a imprensa como indiscreta, noticiando “Casos que não se passaram, / Nem nunca se hão de passar!” (AZEVEDO,

1986, p. 119). Por fim, havia aqueles que, além de condenar essa mesma indiscrição, lamentavam – não sem uma dose de ironia – o desrespeito com que eram tratados os cidadãos, em função de um oportunismo das folhas diárias, já que “nada mais é respeitado pela fúria da reportagem” (BILAC, 1996, p. 161).

Essa questão do sensacionalismo na imprensa é, sem dúvida, um fenômeno novo que surgiu exatamente com as transformações urbanas ocorridas na passagem do século XIX para o XX. Passou, evidentemente, pelo reconhecimento de uma degradação de uma atividade profissional que, embora relativamente recente no Brasil, já mostrava sinais de empobrecimento ético e moral: cada vez mais se veiculavam ninharias, *faits divers*, pequenos episódios cotidianos que atraíam multidões de leitores curiosos por saber da vida alheia ou à procura de detalhes prosaicos de nossa vida urbana. Assassínatos, brigas, acidentes, assaltos, casos de adultério, celebridades, tudo passava a ser motivo para a exploração impiedosa da imprensa sensacionalista da época.

A imprensa passou, portanto, a ser vista, por olhos mais críticos, como um mero balcão de anúncios, em que a seriedade dos artigos de fundo perdeu espaço para os cada vez mais famosos e patéticos, a pedidos. O cotidiano foi, de certa forma, teatralizado, dando ensejo a longas e minuciosas narrativas sobre bagatelas, preferencialmente as mais pessoais e de forte apelo emotivo. A calúnia e a injúria foram também práticas condenadas por aqueles que clamavam por um jornalismo mais justo e comedido, mais pautado na ética que no oportunismo.

Em uma de suas incontáveis crônicas que escrevera para *O País*, em 1914, na célebre coluna intitulada “Microcosmo”, Carlos de Laet (1983) – com a ironia que lhe era peculiar – narra uma discussão entre “pessoas que se interessam pela imprensa”, acerca da necessidade de se criar uma escola de jornalismo. Ao longo da acalorada discussão, vai mostrando como, pela lógica da profissão em causa, ficariam dispensadas do quadro de disciplinas a serem estudadas pelo futuro jornalista, o Português, a Matemática, a Geografia, a História, a Filosofia, a Sociologia, o Direito e outras, por serem elas prescindíveis para o desempenho da profissão.

Criado o impasse, já que quase nada restara para compor o currículo do curso e tendo sido dispensadas mesmo as “matérias” mais prosaicas (como a esgrima ou o tiro), chegou-se à conclusão de que se deveria optar por uma disciplina que, embora não muito útil, parecia adequada aos propósitos da imprensa, a de Mitologia. Como parecera aos debatedores que o curso se apresentava insuficiente, aventou-se a idéia de que, além daquela, mereceria acolhida nada mais nada menos do que a disciplina de Xingologia:

[...] um dos assistentes, que até ali se mantivera em silêncio, pediu a palavra e propôs a criação da cadeira da mais importante das matérias, para a qual não havia título próprio, mas que ele chamaria de Xingologia, isto é, a arte de xingar, de injuriar, de insultar, de rebaixar o adversário mediante emprego de vocábulos descomedidos, soezes, ignóbeis e sujos [...] Entroolhamo-nos interditos. Só no fim nos raiava a luz! Acabava de ferir-se o ponto essencial do jornalismo contemporâneo. Não era preciso mais nada. Lavrou-se uma ata. O curso terá só duas cadeiras: uma de mitos e ficções, a outra de xingação por escrito (LAET, 1983, p. 230).

Salta aos olhos, nessa crônica, a ironia e o *nonsense* com que era tratada por Laet a atuação da imprensa na época, muito mais afeita a mentiras e xingamentos do que a uma atuação responsável e ética.

Vista quase sempre por uma ótica superlativa, a imprensa definiu-se melhor a partir da *profissionalização do escritor*. Em outros termos, é por meio do processo de profissionalização do escritor que a imprensa iria se consolidar no cenário cultural brasileiro e que a literatura iria se ajustar dentro dos moldes acadêmicos. Resumidamente, o inexorável encontro entre literatura e imprensa, que se deu de modo flagrante no despertar do novo século, passou necessariamente pela profissionalização do escritor. Esse não foi um processo fácil, imediato, sem conseqüências para a cultura nacional. Ao contrário, tratava-se de uma longa jornada que, a rigor, datou dos primeiros anos do século XIX, quando a imprensa foi trazida oficialmente ao Brasil pela corte de d. João VI; mas foi durante a passagem daquele século para o século XX que o processo foi-se adensar definitivamente, criando o escritor-jornalista, o profissional da escrita, o *homem de letras*, no mais amplo sentido.

Evidentemente, a expansão profissional da figura do escritor gerava toda sorte de conflitos e possibilitava infinitas distorções éticas, uma vez que o poder de que o escritor estava imbuído, quando tornado um profissional reconhecido por meio da imprensa, podia ser facilmente empregado para estabelecer vínculos espúrios, como ocorria nas relações colusivas entre escritor e governo, conforme aludimos anteriormente. Mas tais distorções podiam ser menos complexas e/ou políticas, manifestando-se como simples desonestidade profissional por parte do escritor-jornalista – conforme entrevisto nas repetidas críticas que Lima Barreto (1984) faz aos profissionais da imprensa em suas já citadas *Recordações do escrivão Isaías Caminha*.

Da dolorosa ambigüidade forjada na relação tensa entre emancipação e dependência, entre liberdade profissional e subordinação, nasceu uma visão extremamente pessimista do profissional das letras (literato e/ou jornalista), que muitos intelectuais da época não hesitaram em expor de modo pateticamente perverso.

Personagem instigante dessa história de muitas lacunas é a figura de Humberto de Campos, escritor copioso que, desde cedo, aliou com êxito incomparável literatura e jornalismo. Tendo começado sua carreira literária como poeta, dedicou-se com afinco à crônica jornalística, sendo capaz de escrever uma mesma história em duas versões: uma “verdadeira” e outra ficcional. Encarnou, como nenhum outro autor, a profissão de escritor durante as primeiras décadas do século XX, vivendo, contudo, sob o peso de uma dubiedade profunda: vivia da pena, mas reclamava de ter de vender seus escritos; via-se como um profissional explorado pela imprensa, ao mesmo tempo que não considerava a literatura uma profissão no sentido rigoroso da palavra.

Tendo dedicado, de boa vontade, toda a vida a esse trabalho, a ponto de se considerar um “operário da pena” e um “proletário intelectual”, Humberto Campos lamentou, já no fim da vida, ter-se tornado uma espécie de escravo da escrita. No final das contas e a despeito de seu reconhecido sucesso como escritor, tratava-se de uma visão extremamente pessimista da profissão, em que se misturavam muito de desilusão, arrependimento, mágoa e impotência, sentimentos pungentemente resumidos neste consternado desabafo, norteados por angustiantes interrogações:

Não ha, na minha vida, ambição maior [...] que a de escrever obras que se tornem úteis aos homens de hoje e fiquem na memória dos homens de amanhã. Como poderei eu, porém, fabricar um móvel majestoso e sólido, se na minha existência de carpinteiro das letras eu tenho de pôr á venda, cada manhã, no mercado, a táboa que aplainei á noite? Como poderei escrever um romance forte, um trabalho de meditação ou de observação, se tenho de vender, a retalho, as idéias miúdas que me vêm, e se não ha compradores na praça para as outras de maior parte? Que aspiração póde alimentar, ainda, um escritor cujas ilusões caíram todas, e morreram, como pássaros, na gaiola da realidade, e que tem de ralhar diariamente com o cérebro por ordem imperiosa do estômago? (CAMPOS, 1933, p. 20)¹.

Afirmações como essa se estenderam por um rosário de lamentações contra o profissional das letras, tivesse ele a ambição de se afirmar apenas como escritor ficcional ou de emergir como um jornalista de profissão, no cenário nacional. Assim, Humberto de Campos não hesita em categorizar os jornalistas e os escritores de um modo geral como pertencentes à família dos intelectuais “condenados à pena da pena”, como trabalhadores “condenados às gales da tinta e da pena” (CAMPOS, 1941), como soldados de trabalho “anônimo e desconhecido” (CAMPOS, 1940), enfim como profissionais humilhados pela miséria ou publicistas levados a violentar o próprio pensamento².

Com algumas exceções, aliás, a visão pessimista da profissão de escritor pareceu ser uma das marcas da época: Antônio Torres lamenta, em carta ao amigo Gastão Cruls (1950), o fato de a remuneração pelo trabalho do escritor ser demasiadamente baixa; Coelho Neto (1920) descreve, num romance calcado na realidade, a impotente irritação de Aluísio Azevedo diante da mesma atividade; num poema publicado no *Diário da Bahia*, em que mescla sátira e desilusão, o escritor baiano Aluísio de Carvalho (apud ALVES, 1986) reclama da penúria em que se encontram aqueles que se dedicam às letras num país onde os livros não têm valor; Filinto de Almeida (1931), em crônica escrita para *A Noite*, lastima o fato de o escritor não conseguir se sustentar com o fruto de seu esforço, enquanto editores, donos de jornal, livreiros e outros lucram com o trabalho alheio.

Todos esses sentimentos em relação ao difícil processo de profissionalização do escritor no Brasil, exemplarmente resumido por Humberto de Campos no excerto anteriormente transcrito, encontrava nas palavras sugestivas de uma personagem de Benjamim Costallat – a qual, não por acaso, era um escritor sem sucesso –, uma síntese emblemática:

Para todos nós, que vivemos do nosso cerebro, mesmo que não o tenhamos de ouro, não são estranhos os suplicios do homem que arrancava de seu cráneo, até não poder mais, os últimos filamentos preciosos de metal. Se ha uma profissão triste é a nossa. Se ha uma arte soturna é a que praticamos. O pintor trabalha ao ar livre. O esculptor assobia com o buril na mão. O musico canta quando compõe. O escriptor não faz nada disso. Elle se vê só, comsigo mesmo, deante de uma porção de folhas rabiscadas, que voam e que allucinam. E se enerva e se exaspera! Vive sem alegria, enterrado entre livros e entre bor-

1 O tema do jornalista que não vê a luz do sol em função do excesso de trabalho também está presente em Campos (1957), Neto (1922) e Costallat (s. d.).

2 Para a atuação de Humberto de Campos como jornalista, consultar Lebert, s. d.

rões de tinta, enquanto, lá fora, o dia é lindo, ha gente nas praias e o sol faz maravilhas sobre o mar! [...] Não gozamos as bellas noites. O nosso luar é a lampada da nossa mesa. E sob a sua luz, queimamos uma vida inteira, os olhos e a sensibilidade, para arrancar do cerebro, senão ouro, pelo menos sangue! (COSTALLAT, s. d., p. 142).

Com igual propriedade, outros autores reclamavam – por motivos diversos – da profissão de escritor e/ou jornalista: de Aluísio Azevedo a Malheiro Dias, de Lima Barreto a Gonzaga Duque, de Rodrigo Octávio a Olavo Bilac.

Esse último, por exemplo, numa de suas muitas crônicas em que trata da profissão que exerceu durante grande parte de sua vida, afirma ser o jornalista um dos principais candidatos dos tratamentos médicos, pelos vitupérios e pelas calúnias que sofre, pelos processos de responsabilidade e pelas cartas anônimas que recebe. Assim, esse “jornalista neurastênico” poderia ser descrito como “um aparelho receptor e condensador das comoções, dos abalos, das paixões de toda uma população” (BILAC, 1996, p. 151).

Visão semelhante da profissão revela Carlos Malheiros Dias, por meio do protagonista de *A mulata* (1896). Descrevendo-o num estado de carência patético, faz Edmundo refletir nos seguintes termos a respeito da profissão de jornalista, com a qual procura estabelecer contato próximo:

[...] a vida escondida de alguns jornais, em que os repórteres, sem terem jantado, dormem sobre as mesas das redacções ou numa cama de gazetas! Já vira aquilo, uma noite [...] fora ver um rapaz magro dormir, a cabeça encostada a um dicionário... e até lhe parecera que o infeliz tinha febre... Transpirava, e fazia contudo muito frio nessa noite de aguaceiro, em Agosto. Nada o cobria, e as fontes latejavam-lhe... (DIAS, 1975, p. 63).

Outras descrições misturavam desalento pela profissão, descrição feérica do maquinário da imprensa e visão pessimista do jornalismo (sobretudo quando este se contrapõe à “verdadeira” arte). É o caso, ao lado do já citado Lima Barreto, de Coelho Neto, cujo romance *Turbilhão* (1906) inicia-se com uma descrição de uma redação da imprensa em que não faltam imagens grandiloqüentes, todas resumidas na alegoria de “Monstro devorador do gênio” (NETO, s. d., p. 12).

É exatamente essa visão pessimista do jornalista e da profissão por ele exercida que encontramos em outros depoimentos de autores da época ou ainda no próprio Coelho Neto que, numa crônica de 1920, escrita para o jornal *A Noite*, brinda-nos como uma visão quase patética do jornalista, em muitos aspectos confirmando aquela passagem aqui transcrita do romance de Malheiros Dias:

[...] esses homens-força, de cuja penna ligeira e incançavel depende a tranquilidade das nações, trabalham para todos e para tudo, menos para elles proprios [...] No afan em que vivem esquecem-se de si mesmos e se uma doença os atraiçoa ou se a velhice os inutilisa, elles, que levantaram construcções magnificas, que deram gloria e fortuna generosamente, ficam ao desabrigo... (NETO, 1922, p. 166).

Entre tantas descrições das mazelas provocadas pela profissão de jornalista, que aqui já se alongam em demasia, nenhuma parece tão tocante quanto aquela feita por Benjamim Costallat (1936, p. 191) em seu livro de crônicas *Paysagem sentimental*, em que a visão feérica do trabalho jornalístico impressiona pelos detalhes mórbidos, quase grotescos:

Na redacção, o movimento intenso afogava-me a vista de luz e de esforço. O barulho nervoso e irascível das linotypos excitava ao trabalho, á luta, á ambição [...] Mas um trabalho mysterioso, soturno, feito á noite e ás pressas [...] Nas machinas, numa allegoria de fogo e de calor; o ranger impenitente das violentas aparacões do chumbo; na panella gigantesca o metal em ebulição, em febre, em diabolica temperatura; na respiração constante e incansavel da prensa, que esmaga as paginas, tritura os typos, viola os espaços, e se derrama em gordura; no guinchar inexpressivo dos instrumentos que cortam, que ferem e que perfuram; na formidavel evaporação de todo aquelle trabalho de homens e machinas, de nervos e de aços, de engrenagem e musculaturas, de força e energia, de mecanismos e vontade – tudo é lugubre e tenebroso, feio e impressionante...

Semelhante descrição, em que se misturam homens e máquinas, em que a atuação da imprensa é descrita pela perspectiva do lúgubre e do tenebroso, em que a ambientação – com seu calor insuportável, sua “diabolica temperatura”, seus ruídos ensurdecedores – chega a ser dantesca, leva ao paroxismo o processo de demonização da imprensa pelos intelectuais pré-modernistas.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, P.; TERROU, F. *História da imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALMEIDA, F. de. *Colunas da noite*. Paris: Truchy-Leroy, 1931.
- ALVES, L. A. *Poesia e vida literária na Bahia de 1890 a 1915*. 1986. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.
- AZEVEDO, A. *O tribofe*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- BARBOSA, R. *A imprensa e o dever da verdade*. São Paulo: Edusp, Com-Arte, 1990.
- BARRETO, L. *Recordações do escrivão Isaias Caminha*. São Paulo: Ática, 1984.
- BILAC, O. *Vossa Insolência*. In: DIMAS, A. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BOIVIN, É. *Histoire du journalisme*. Paris: Presses Universitaires de France, 1949.
- CAMPOS, H. de. *Os párias*. São Paulo: José Olympio, 1933.
- _____. *Crítica*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. (Segunda série).
- _____. *Sepultando os meus mortos* (Crônicas). Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1941.
- _____. *Vale de Josafá*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1944.
- _____. *Reminiscências...* Rio de Janeiro: W. M. Jackson, 1957.
- CAPELATO, M. H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, Edusp, 1988.
- COSTALLAT, B. *Gurya*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, [s. d.].
- _____. *Paysagem sentimental* (Chronicas). Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

- CRULS, G. *Antônio Torres e seus amigos* (Notas bio-bibliográficas seguidas de correspondência). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950.
- DIAS, C. M. *A mulata*. Lisboa: Arcádia, 1975.
- DUQUE, G. *Mocidade morta*. São Paulo: Ed. Três, 1973.
- LAET, C. de. *Crônicas*. Rio de Janeiro: Agir, Casa de Rui Barbosa, 1983. (Obra seleta, v. I).
- LEBERT, M. de L. *Humberto de Campos*. São Paulo: Melhoramentos, [s. d.].
- MARTIN, M. *Médias et journalistes de la République*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- MEDINA, C. *Notícia*. Um produto à venda. Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Summus, 1988.
- MELO, J. M. de. *Sociologia da imprensa brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- NEIVA, A. *Daqui e de longe... Crônicas nacionais e de viagem*. São Paulo: Melhoramentos, 1927.
- NETO, C. *A conquista*. Porto: Chardron, 1920.
- _____. *O meu dia*. Porto: Lello & Irmão, 1922.
- _____. *Turbilhão*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s. d.].
- OLIVEIRA, A. de. *O urso*. Romance de costumes paulistas. São Paulo, Academia Paulista de Letras, 1976.
- RIBEIRO, J. *O fabordão*. Rio de Janeiro: São José, 1964.
- RIO, J. do. *Vida vertiginosa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1911.
- _____. *Celebridades*. Desejo. Rio de Janeiro: Pátria Portuguesa e Lusitana, 1932.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- TÁCITO, H. *Madame Pommeroy*. São Paulo: Revista do Brasil, 1920.
- WEBER, E. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Maurício. The press demonization by the premodernist intellectuals. *Todas as Letras* (São Paulo), volume 10, n. 1, p. 34-43, 2008.

Abstract: *The present article analyses the cultural context of Brazilian Premodernism since the comparative literature, and points out to two aspects of it: the writer professionalization, and its relationship with the journalism. The present article analyses the premodernist Brazilian Literature, and reveals some aesthetic and literary aspects of Brazilian Literature on the turn-of-the-century.*

Keywords: *Premodernism; Brazilian literature; journalism.*